

Por Lauro Faria (*)

O seguro rural é essencial para mitigar prejuízos e auxiliar na estabilização da renda

Entre 2016 e 2017, houve a maior safra de grãos de nossa história: 238 milhões de toneladas. E não só para os brasileiros. Segundo a Associação Brasileira do Agronegócio (Abag), a produção de grãos do País é suficiente para alimentar quatro vezes sua população. Entre 1996 e 2017, enquanto o PIB total teve uma taxa de crescimento anual de 2,3%, o PIB da agropecuária cresceu 3,8%.

Ao mesmo tempo, outra revolução silenciosa está ocorrendo: a do seguro rural. Este é essencial para mitigar prejuízos e auxiliar na estabilização da renda dos produtores e na absorção de novas tecnologias. No Brasil, um passo muito importante foi a criação, em fins de 2005, do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR), que proporciona redução de 35% a 60% do custo do seguro para o produtor. O crescimento do uso de seguro rural no âmbito do PSR tem sido exponencial. De um total de prêmios de R\$ 63,5 milhões em 2007, passou-se a R\$ 837,5 milhões em 2017, uma taxa de crescimento médio anual de 29,4%. Mais: enquanto em 2007, os seis maiores estados detinham 96% dos prêmios, em 2017 a participação dos seis maiores caiu para 80% com a melhor distribuição das participações.

Ainda mais notável tem sido a evolução dos seguros rurais contratados em condições plenas de mercado, isto é, sem subvenção governamental. Nesse grupo, estão também os seguros de benfeitoras e produtos agropecuários, o penhor rural, o seguro de animais e o seguro de vida do produtor rural.

Agora em 2018, o seguro rural dá sua contribuição para uma safra que, embora um pouco abaixo da do ano anterior, deverá ser a segunda maior da história. No acumulado de janeiro a julho deste ano, o total de prêmios dos seguros rurais soma R\$ 2,5 bilhões, 13% acima do verificado no mesmo período de 2017. No caso dos prêmios de seguros com subvenção do PSR, o total arrecadado foi de R\$ 423 milhões, uma queda de 22% em função das restrições do orçamento federal. Mas no caso dos seguros rurais sem subvenção, a arrecadação de R\$ 2,1 bilhões representou acréscimo de 24% sobre o ano anterior.

E o seguro será mesmo muito necessário: os desastres ambientais estão bem distribuídos pelo País. Embora a seca seja o problema mais comum, 31% dos municípios registraram casos de alagamentos, 27,2% de enxurradas, 19,6% de erosão e 15% de deslizamentos. Agora mesmo em 2018, as safras de trigo e milho registraram importantes perdas de rendimento devido à seca nas regiões produtoras.

Ainda há muito a avançar, mas o saldo é positivo: segundo o diretor da BB-Mapfre e presidente da Comissão de Seguro Rural da FenSeg, Wady Cury, desde 2006, com o advento da subvenção do governo, o Brasil saiu de 1,5 milhão de hectares segurados em 20 culturas, para os atuais 12 milhões de hectares em 70 culturas.

Houve assim uma conscientização muito grande do setor em uma década e também grande interesse do mercado segurador em participar da proteção dessa importante atividade.

(*) **Lauro Faria** é economista da Escola Nacional de Seguros.

Fonte: [DCI](#), em 10.10.2018.